



ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DA AEM



Realizou-se a Assembleia Geral da AEM na qual participou a totalidade das empresas associadas, tendo sido adoptadas, por unanimidade, todas as deliberações constantes da ordem de trabalhos.

Em particular, a Assembleia Geral confirmou a estratégia da AEM a prosseguir durante o ano de 2018.

O quadro completo das deliberações adoptadas pode ser consultado na página 2 desta *newsletter*.

ARTIGO NO “JORNAL DE NEGÓCIOS”

A diminuição do número de empresas cotadas no mercado nacional, com a saída recente de um número significativo de sociedades a não ser compensado pela entrada de novas cotadas tem dado crescente razão às preocupações que, desde há muito, a AEM vem manifestando quanto às falhas de desenvolvimento do mercado de capitais em Portugal.

Em declarações ao Jornal de Negócios, Abel Sequeira Ferreira discute este tema e os factores determinantes para a exclusão voluntária da cotação.

O artigo em causa pode ser lido, na íntegra, [aqui](#).



APP AEM - FAÇA [AQUI](#) O DOWNLOAD

MERCADO DE CAPITAIS PORTUGUÊS

ABRIL2018

+9,5%

ABR2018



ABR2017

No final de Abril de 2018, o índice PSI-20 encerrou nos 5.512,29 pontos, mais 2,0% do que em Março e mais 9,5% do que no período homólogo de 2017.

-30,6%

ABR2018



ABR2017

No final de Abril de 2018, o valor das transacções efectuadas no mercado secundário a contado totalizou 2.014,9 milhões de euros, menos 569,7 milhões (22,0%) do que no mês anterior, e menos 887,1 milhões (30,6%) do que em Abril de 2017.

Na Euronext Lisbon, o volume de transacções situou-se em 1.971,5 milhões de euros, o que representa uma descida mensal de 22,0% e uma quebra homóloga de 30,3%.



ASSEMBLEIA GERAL DA AEM DELIBERAÇÕES 2018

Realizou-se a Assembleia Geral da AEM, na qual participou a totalidade das empresas associadas.

A Assembleia Geral assim constituída:

- a) Aprovou, por unanimidade, a Ratificação da Nomeação do Dr. Guy Goyri Pacheco como Membro da Direcção da AEM, em representação da empresa associada CTT;
- b) Aprovou, por unanimidade, o Relatório Anual, o Balanço e a restante documentação de Prestação de Contas, relativos ao Exercício de 2017;
- c) Aprovou, por unanimidade, o Programa de Actividades e o Orçamento para 2018, incluindo a fixação do montante da Jóia e das Contribuições previstas nos Estatutos.

PROGRAMA ANUAL DE ACTIVIDADES PRIORIDADES ESTRATÉGICAS 2018

- a) Criação de um ambiente regulatório melhor adaptado às empresas cotadas no mercado nacional, incluindo a diminuição da burocracia e dos custos da utilização de capital.
- b) Criação de um ambiente mais propício à admissão e manutenção de empresas em Bolsa, nas diversas dimensões relevantes para o efeito.
- c) Desenvolvimento de iniciativas que assegurem a efetiva diversificação das fontes de financiamento e para a melhoria do ecossistema e estruturas de funcionamento do mercado português, de modo a que este possa servir melhor as companhias ao longo dos diferentes estádios do seu financiamento.
- d) Salvaguarda das especificidades do mercado de capitais nacional e dos aspectos de visibilidade e operacionalidade essenciais ao acesso e à permanência das empresas cotadas no mercado português.
- e) Criação de uma cultura de risco e de capital em Portugal, promovendo e participando em iniciativas do tipo educacional e similares.
- f) Melhoria dos incentivos fiscais para o investimento baseado no capital e obrigações de tipologia corporate.



MERCADO DE CAPITAIS PORTUGUÊS

PRINCIPAIS DADOS EM DEZEMBRO DE 2017

Em Dezembro de 2017, o índice PSI-20 encerrou nos 5.388,33 pontos, mais 15,2% do que no período homólogo de 2016.

Os emitentes com maior representatividade no índice foram o BCP (17,04%), a Galp (11,50%) e a Jerónimo Martins (10,55%).

A volatilidade do índice foi de 6,53%, abaixo dos 12,25% em igual período do ano anterior.

O valor das transações efectuadas no mercado secundário a contado totalizou 2.052,8 milhões de euros, menos 1.832,4 milhões (47,2%) do que no mês anterior, mas mais 390,3 milhões (23,5%) do que em Dezembro de 2016.

Em Dezembro de 2017, o valor das ordens sobre instrumentos financeiros recebidas pelos intermediários financeiros registados na CMVM totalizou 5.846,9 milhões de euros.

No cômputo do ano, este indicador subiu 23,9% face a igual período do ano anterior.

O valor total negociado em *day-trading* na Euronext Lisbon aumentou 13,1% no quarto trimestre de 2017 face aos três meses anteriores. Em média, o valor negociado por intermediário financeiro cresceu 15,0%.

No mesmo período, 98,6% do valor da negociação em *day-trading* foi efetuado por investidores não institucionais e 1,4% por institucionais (excluindo carteira própria dos IF's).

Os investidores residentes efectuaram no trimestre 96,9% do valor de *day-trading* e os não residentes 3,1% (excluindo carteira própria dos IF's). Entre os investidores residentes, os principais ordenantes foram os investidores não institucionais (95,6%).

As ordens transmitidas pela internet corresponderam a 87,2% do total, por outros meios eletrónicos a 5,3% e por outros canais a 7,5%.

As transações em *day-trading* continuaram a ser efetuadas maioritariamente para a carteira dos clientes dos IF's, representando 98,0% do valor total negociado.

Os três intermediários financeiros com maior quota de mercado foram responsáveis por 65,8% do valor de *day-trading* entre outubro e dezembro de 2017, percentagem superior à registada no trimestre anterior.

Em Dezembro de 2017, o valor sob gestão dos organismos de investimento colectivo em valores mobiliários (OICVM) totalizou 11.106,6 milhões de euros.

O valor sob gestão dos fundos de investimento imobiliário (FII), dos fundos especiais de investimento imobiliário (FEII) e dos fundos de gestão de património imobiliário (FUNGEPI) atingiu 10.793,6 milhões de euros, menos 200,5 milhões (1,83%) do que em novembro.

O valor dos activos sob gestão individual e colectiva de carteiras em Portugal atingiu 92.487,5 milhões de euros no quarto trimestre de 2017, mais 1.703,4 milhões do que no período homólogo de 2016.



CAPITALIZAÇÃO BOLSISTA DOMÉSTICA em 30 de Abril de 2018

EMPRESA	CAPITALIZAÇÃO*	EMPRESA	CAPITALIZAÇÃO*	EMPRESA	CAPITALIZAÇÃO*
EDP	9 933	LUZ SAUDE	271	SPORTING	34
GALP ENERGIA-NOM	8 413	MONTEPIO	248	BENFICA	25
JERONIMO MARTINS	8 080	CIMPOR	230	GLINTT	21
EDP RENOVAVEIS	6 245	PHAROL	214	MARTIFER	21
NOS	3 446	MEDIA CAPITAL	211	SAG GEST	20
PORTUCEL	2 372	IBERSOL	161	INAPA-INV.P.GESTAO	17
BCP	2 297	F.RAMADA	133	OREY ANTUNES	15
SONAE	2 066	SONAE CAPITAL	129	FCP	8
BANCO BPI	1 473	TEIXEIRA DUARTE	122	ESTORIL SOL P	5
CTT	1 200	SUMOL+COMPAL	116	SDC INV.	4
SEMAPA	905	IMPRESA	84	REDITUS	4
REN	888	VAA VISTA ALEGRE	81	LISGRAFICA	4
ALTRI	770	NOVABASE	64	IMOB.C GRAO PARA	1
CORTICEIRA AMORIM	753	SONAE INDUSTRIA	53	COMPTA	0
BES	675	INAPA-PREF S/ VOTO	45	SDC INV.-PREF.	0
SONAE COM	610	COFINA	44		
MOTA ENGIL	344	TOYOTA CAETANO	36		

*Em milhões de euros

No final de Abril de 2018, a capitalização bolsista das ações domésticas totalizava **52.891** milhões de euros.

(Fonte: Euronext Lisbon e CMVM)



No final de Abril de 2018, o índice PSI-20 encerrou nos **5.512,29** pontos.

O índice registou, portanto, uma subida de 9,5% em relação ao período homólogo de 2017.

O quadro da esquerda permite observar a evolução recente do Índice PSI-20, em comparação com os restantes índices do universo Euronext.

(Fonte: Euronext)



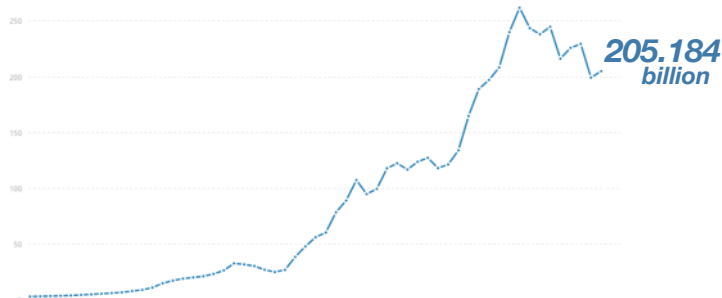
CAPITALIZAÇÃO BOLSISTA EM FUNÇÃO DO PIB NACIONAL E OUTROS INDICADORES DE MERCADO

A capitalização bolsista dos instrumentos financeiros admitidos à negociação no mercado a contado, em Portugal, está representada quase exclusivamente por dois segmentos distintos, as acções e as obrigações (de dívida pública e privada).

Nos quadros seguintes é possível analisar a evolução do PIB, do número de empresas cotadas, da capitalização bolsista doméstica e da capitalização bolsista em função do PIB, em Portugal, entre 2000 e 2017.

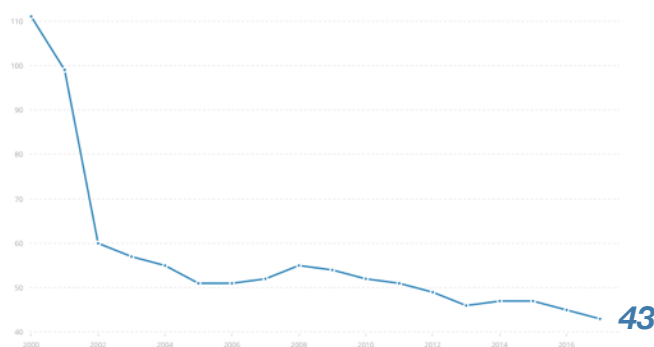
GDP - Portugal

Current US\$ Billion 2000-2017



Listed Companies - Portugal

2000-2017



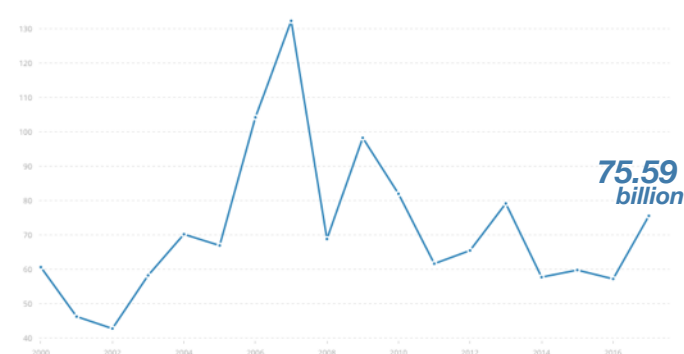
Market capitalization of listed domestic companies

% of GDP 2000-2016



Market capitalization of listed domestic companies

Current US\$ Billion 2000-2017



(Fonte: World Bank, dados oficiais)

Os dados apresentados, à semelhança dos mencionados nas páginas anteriores, bem como em diversos outros indicadores relativos à evolução recente do mercado, comprovam a necessidade, oportunidade e urgência do lançamento de uma Agenda para o Mercado de Capitais, com uma forte componente de sensibilização das empresas para a capitalização e financiamento através do mercado, nos termos que têm vindo a ser propostos pela AEM, em especial na sua “Iniciativa AEM para o Mercado de Capitais” (disponível [aqui](#)).



OFERTAS PÚBLICAS INICIAIS NA EUROPA, EM 2018, E MAPA COMPARATIVO

IPOs na EUROPA EM 2018 (e comparação com os anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e Q1 2018)

Stock Exchange Offering Value (€m)*										Number of IPOs				
Stock Exchange	2014 total	2015 total	2016 total	Q1 2017	Q2 2017	Q3 2017	Q4 2017	2017 total	Q1 2018	2014 total	2015 total	2016 total	2017 total	2018 parcial
London Stock Exchange	19,394	16,37	3,818	2,118	2,258	2,672	5,532	7,013	1,447	137	92	48	103	16
Borsa Italiana	2,593	5,265	1,24	142	396	924	3,906	1,414	856	26	27	7	32	6
Deutsche Börse	3,565	6,795	377	235	1,049	234		1,060	5,849	17	23	3	13	6
BME (Spanish Exchange)	4,514	7,794	1,311	1,459	1,57		674	3,022	646	13	24	20	27	5
Euronext	10,495	11,228	3,395	189	2,543	6	638	2,522	858	41	46	19	20	5
Euronext Amsterdam	5,479	6,113	2,608		575			575	818	6	8		3	4
Euronext Paris	4,250	4,720	764	80	1,258	5	638	1,343		32	32		10	
Euronext Brussels	636	395	23		604			604	40	2	6		2	1
Euronext Lisbon	130									1				
NASDAQ OMX	4,524	5,905	6,443	406	1,669	537	1,637	2,516	713	62	90	47	98	13
OMX Stockholm	2,929	5,216	1,269	376	1,435	112	521	1,741	493	53	72	35	79	5
OMX Helsinki	135	409	249	30	219	425	936	653	211	7	11	6	10	4
OMX Copenhagen	1,460	168	4,891		12		173	12	9	2	2	3	5	3
OMX Iceland		112	20								3	1	1	
OMX Tallinn			14				4				1	1	1	
OMX Vilnius					3			3			1	1	1	
OMX Riga							3						1	
SIX Swiss Exchange	1,155	2,039	633		1,776	2,31	29	3,824	379	6	3	3	5	3
Oslo Børs & Oslo Axess	1,572	1,078	102	7	821	29	247	857	1,011	17	8	4	11	3
Warsaw	313	440	115	1	542	1,227	41	1,77	24	35	33	13	27	2
Irish Stock Exchange	483	394			2,986	270	550	3,256	7	3	2		3	1
Borsa Istanbul	253	42	103	13	265			278	650	13	6	2	3	6
Bucharest Stock Exchange	444		51		192		64	192	40	1	5	2	4	1
Wiener Börse	194						1,68			2	1		1	
Budapest	3		9			75		73		1			1	
Sofia		6	31								1	2		
Athens Stock Exchange	35									1				
Prague Stock Exchange	14		656							1	1	1		
Zagreb Stock Exchange		36									2			
Total	60,745	59,792	27,006	5,056	18,76	8,826	17,273	32,728	14,051	479	500	218	416	84

*(valores em Mil Milhões de Euros)

Cfr. Quadro adaptado dos originais publicados pela PWC nas suas análise IPO Watch de 2014, 2015, 2016 e 2017, disponíveis [aqui](#), e Q1 2018 [aqui](#)

O quadro *supra* permite comparar a evolução das operações (em número e valor) de ofertas públicas iniciais, em várias Bolsas europeias, ao longo de 2014, 2015, 2016 e 2017 e Q1 2018.

A observação realizada permite confirmar que, ao contrário do que por vezes se afirma, o mercado europeu de IPOs manteve o seu funcionamento regular no período em análise, o que comprova que o caso português apresenta dificuldades próprias que devem merecer soluções específicas e desenhadas à medida das necessidades da economia e das empresas portuguesas.



LEGISLAÇÃO NACIONAL

PRINCIPAIS DIPLOMAS RECENTES

Lei n.º 8/2018, de 2 de Março

Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas.

Lei n.º 7/2018, de 2 de Março

Regime jurídico da conversão de créditos em capital.

Lei n.º 6/2018, de 22 de Fevereiro

Estatuto do mediador de recuperação de empresas.

Lei n.º 3/2018, de 9 de Fevereiro

Define o regime sancionatório aplicável ao desenvolvimento da atividade de financiamento colaborativo e procede à primeira alteração à Lei n.º 102/2015, de 24 de agosto, que aprova o regime jurídico do financiamento colaborativo.

Despacho n.º 1041-B/2017, de 26 de Janeiro

Criação de Grupo de Trabalho para a Reforma do Modelo de Supervisão Financeira.

Lei n.º 114/2017, de 29 de Dezembro

Orçamento do Estado para 2018.

Lei n.º 113/2017, de 29 de Dezembro

Grandes Opções do Plano para 2018.

Portaria n.º 385-E/2017, de 29 de Dezembro

Define as condições mínimas previstas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 15.º do Anexo I ao Decreto-Lei n.º 81-C/2017, de 7 de julho, aplicáveis ao contrato de seguro de responsabilidade civil a subscrever pelas pessoas singulares e coletivas que pretendam desenvolver a atividade de intermediário de crédito ou prestar serviços de consultoria relativamente a contratos de crédito.

Portaria n.º 385-D/2017, de 29 de Dezembro

Estabelece o regime de certificação das entidades formadoras que ministram a formação a que se refere a alínea a) do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 74-A/2017, de 23 de junho, bem como das entidades formadoras que ministram a formação a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 13.º do Anexo I ao Decreto-Lei n.º 81-C/2017, de 7 de julho.

Portaria n.º 385-C/2017, de 29 de Dezembro

Estabelece os conteúdos mínimos de formação a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 74-A/2017, de 23 de junho, bem como a duração mínima da formação que confere a certificação profissional prevista na alínea a) do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 74-A/2017, de 23 de junho.

Portaria n.º 385-B/2017, de 29 de Dezembro

Estabelece os conteúdos mínimos de formação a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 13.º do Anexo I ao Decreto-Lei n.º 81-C/2017, de 7 de julho, bem como a duração mínima das formações que conferem a certificação profissional prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 13.º do Anexo I ao Decreto-Lei n.º 81-C/2017, de 7 de julho.

Resolução da Assembleia da República n.º 241/2017, de 27 de Outubro

Reforço dos mecanismos de supervisão financeira da União Europeia e conclusão da União Bancária.

Decreto-Lei n.º 127/2017, de 9 de Outubro

Revê o regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora e a constituição e o funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundos de pensões, completando a transposição das Diretivas 2009/138/CE e 2014/51/UE.

Decreto-Lei n.º 123/2017, de 25 de Setembro

Estabelece o regime de conversão dos valores mobiliários ao portador em valores mobiliários nominativos, em execução da Lei n.º 15/2017.

Lei n.º 89/2017, de 21 de Agosto

Aprova o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, transpondo o capítulo III da Diretiva (UE) 2015/849, do Parlamento Europeu e do Conselho.

Lei n.º 83/2017, de 18 de Agosto

Estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, transpondo parcialmente as Diretivas 2015/849/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, e 2016/2258/UE, do Conselho, de 6 de dezembro de 2016.

Lei n.º 69/2017, de 11 de Agosto

Regula os fundos de recuperação de créditos.

Lei n.º 62/2017, de 1 de Agosto

Regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa.

Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de Julho

Divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por grandes empresas e grupos, transpondo a Diretiva 2014/95/UE.



CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES 2018 PROTOCOLO ENTRE A AEM E O IPCG

Ao longo da sua existência, a AEM tem reiterado o seu total e permanente empenho na promoção da observância prática dos melhores princípios de bom governo das sociedades e no diálogo construtivo com todos os agentes do mercado, sobre esta matéria, sempre com o início e o espírito de encontrar os alicerces mais sólidos para o governo societário em Portugal.

Neste quadro, no último trimestre de 2017 e princípio de 2018, a AEM encetou um processo de contactos e discussão com o IPCG (e, em algumas ocasiões, com a CMVM), que incidiu sobre aspectos da modificação, interpretação, acompanhamento, revisão e monitorização do novo código de governo das sociedades.

Na sequência, em 23 de Fevereiro de 2018, a AEM celebrou com o IPCG um Protocolo relativo ao respectivo sistema de monitorização, acompanhamento e revisão do novo código de governo das sociedades (2018).

Nos termos desse acordo, do qual foi dado prévio conhecimento à Comissão de Mercado de Valores Mobiliários:

- o sistema de monitorização e acompanhamento assim instituído entrou de imediato em vigor, e
- o Código de Governo das Sociedades, na versão publicada pelo IPCG em 19 de Março de 2018, vigora a partir de 1 de Janeiro do mesmo ano.

A AEM congratula-se com a circunstância de ter sido possível proceder ao aperfeiçoamento do texto originalmente apresentado, num sentido mais adequado à realidade das empresas cotadas e do mercado nacional.

O resultado final deste processo permitiu assegurar que todos os processos relativos ao código são o mais claros, objectivos, e transparentes possíveis e devidamente participados pelas sociedades cotadas.

Em execução do Protocolo celebrado entre a AEM e o IPCG, ficou igualmente estabelecida a composição da Comissão de Acompanhamento e Monitorização do Código (CAM) e da Comissão Executiva de Acompanhamento e Monitorização do Código (CEAM), nos seguintes termos:

CAM:

- Doutor Pedro Maia
- Dr. Alexandre Lucena e Vale
- Doutora Ana Perestrelo de Oliveira
- Eng.º Carlos Gomes da Silva
- Dra. Isabel Ucha
- Dr. José Gonçalo Maury
- Dr. José Veiga Sarmento
- Dr. Paulo Câmara

CEAM:

- Dr. Duarte Calheiros
- Dr. Abel Sequeira Ferreira
- Doutor Rui Pereira Dias

O código de governo das sociedades 2018 está disponível [aqui](#).

O Protocolo celebrado entre a AEM e o IPCG, sobre o acompanhamento e monitorização do código pode ser consultado [aqui](#).

O Protocolo entre a CMVM e o IPCG, quanto à entrada em vigor do código pode ser consultado [aqui](#).



LEGISLAÇÃO EUROPEIA

PRINCIPAIS INICIATIVAS EM CURSO

EMIR REFIT

O EMIR - Regulamento (UE) n.º 648 está em vigor desde 2012.

Em Maio de 2017, a Comissão Europeia publicou duas propostas de alteração, com o objectivo de:

- aliviar as obrigações a cargo das sociedades não financeiras (EMIR Refit); e,
- fortalecer os poderes da ESMA na supervisão das CCP - Contrapartes Centrais (EMIR 2/euroclearing).

Em Dezembro de 2017, o Conselho adoptou as propostas, as quais foram objecto de um relatório do Parlamento Europeu de 24 de Janeiro de 2018) e foram votadas no ECON - Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, em 16 de Maio de 2018.

BETTER REGULATION FOR SMALLER COMPANIES

Em Novembro de 2017, a CE realizou um *Workshop* dedicado ao tema “SME access to public markets”.

Na sequência, em Dezembro, a Comissão lançou uma consulta pública com o objectivo de encontrar soluções que incentivem o aumento do número de entradas em bolsa das empresas de média dimensão.

Aguarda-se a publicação, durante o mês de Maio de 2018, do novo “Smaller Listed Companies Act”, o qual se espera possa contribuir para:

- aliviar o peso regulatório e burocrático sobre as empresas e aumentar a liquidez dos mercados de capitais nacionais;
- reduzir os custos a cargo das empresas cotadas.

Em Outubro de 2018 deverá ser lançado um primeiro estudo sobre os impactos da MiFID II em particular no que respeita à matéria da análise financeira (*research*), ainda que os resultados do trabalho apenas devam ficar disponíveis no segundo trimestre de 2019.

REVISED SHAREHOLDER RIGHTS DIRECTIVE

A SRD II - Directiva (UE) n.º 828/2017, está em vigor desde Junho de 2017, decorrendo o prazo de transposição nos Estados Membros até 10 de Junho de 2019.

Em Abril deste ano, a Comissão Europeia publicou a primeira versão de um regulamento de execução sobre matérias de identificação dos accionistas, transmissão de informação e exercício dos direitos dos accionistas.

Esta regulamentação deverá ser adoptada em Setembro de 2018.

PROSPECTUS REGULATION

O Regulamento está em vigor desde 20 de Julho de 2017, mas a maior parte das regras iniciam os seus efeitos a 21 de Julho de 2019.

Os actos delegados de execução desta regulamentação deverão ser adoptados em 21 de Janeiro de 2019.

É objectivo da ESMA proceder à publicação de todas as medidas de nível II e nível III até 6 meses antes da entrada em vigor da totalidade do Regulamento, esperando-se essa publicação, portanto, o mais tardar, em Fevereiro de 2019.

CORPORATE REPORTING: FITNESS CHECKS

A Comissão Europeia lançou, em Março de 2018, uma consulta para *Fitness Check* (balanço) sobre a qualidade do quadro europeu relativo à prestação pública de informações por parte das empresas.

Na sequência, é expectável a publicação de um “Staff Working Document” no segundo trimestre de 2019, tomando posição sobre a proporcionalidade das obrigações em vigor.

A AEM acompanha as iniciativas europeias em matéria de mercado de capitais, principalmente, através da participação nos Expert Working Groups da EuropeanIssuers, intervindo nos respectivos processos de negociação com as autoridades europeias.

A EuropeanIssuers, é a associação de âmbito europeu que congrega a defesa e representação dos interesses das empresas emitentes junto das instâncias comunitárias, juntando representantes de 15 países e um total de 9.200 empresas emitentes correspondentes a uma capitalização bolsista de cerca de 8 500 milhões de euros.

O Director Executivo da AEM é membro do Conselho de Direcção da EuropeanIssuers.



LEGISLAÇÃO EUROPEIA - DMIF II

DIRECTIVA RELATIVA AOS MERCADOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Esteve em discussão na Assembleia da República a Proposta de Lei n.º 109/XIII (GOV), a qual, entre outros aspectos e elementos, pretende assegurar a transposição para o direito português da Directiva 2014/65, de 15 de Maio de 2014, relativa aos mercados de instrumentos financeiros (DMIF II) - **DOC**

A Proposta de Lei em causa implica alterações ao Código dos Valores Mobiliários, Regime Geral dos Organismos de Investimento Colectivo, Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Actividade Seguradora e Resseguradora, Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, Regime das Sociedades Gestoras de Patrimónios, Regime das Sociedades Corretoras e das Sociedades Financeiras de Corretagem, Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Actividade de Mediação de Seguros, bem como relativamente a vários decretos-lei e comporta três regimes jurídicos (relativamente a depósitos estruturados, a pacotes de produtos de investimento com base em seguros e a centrais de valores mobiliários).

A Proposta do Governo deu entrada no Parlamento acompanhada pelos Pareceres apresentados pelas diferentes entidades auscultadas durante o processo prévio de consulta:

Parecer AEM - **DOC**

Parecer CMVM - **DOC**

Parecer APAF - **DOC**

Parecer APB - **DOC**

Parecer APCRI - **DOC**

Parecer APFIPP - **DOC**

Parecer APS - **DOC**

Parecer ASF - **DOC**

Parecer ATM - **DOC**

Parecer BdP - **DOC**

Parecer CNPD - **DOC**

A Proposta foi entretanto objecto de Nota Técnica e Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa: **Nota Técnica e Parecer**

Após discussão na generalidade, na reunião plenária n.º 51, a Proposta foi aprovada com os votos:

A Favor: PSD e PS,

Contra: PCP e PEV, e

Abstenção: BE, CDS-PP, PAN,

tendo baixado, em 22 de Fevereiro, à mencionada Comissão para discussão e apreciação na especialidade.

No dia 4 de Maio de 2018, em votação final global na Reunião Plenária n.º 81, foi aprovado o **Texto Final** apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa relativo à Proposta de Lei n.º 109/XIII/3.^a, com os votos:

A Favor: PSD, PS

Abstenção: BE, CDS-PP, PCP, PEV, PAN

A AEM reforçara entretanto, junto do Parlamento, as suas preocupações quanto às consequências graves que a transposição da DMIF II poderá ter para muitos intervenientes no mercado de capitais, tanto para os intermediários financeiros, como para as sociedades de gestão de activos como, ainda que por via indirecta mas nem por isso menos significativa, para as sociedades emitentes, em resultado da diminuição da realização, e menor difusão, do *research* sobre as empresas cotadas nacionais.

Trata-se de preocupações que têm sido confirmadas em trabalhos recentes, como é o caso do estudo “The New World of MiFID II - Unintended Consequences”, publicado pela nossa congénere britânica Quoted Companies Alliance, relativo ao mercado de Londres, e que se encontra disponível [aqui](#).



REGULAÇÃO E SUPERVISÃO

PUBLICAÇÕES RECENTES DA CMVM



[Risk Outlook - Autumn 2017](#)

PUBLICAÇÕES RECENTES DO BANCO DE PORTUGAL



[Relatório do Conselho de Administração
Actividade e Contas 2017](#)

Cadernos do Mercado de Valores Mobiliários,
n.º 58 de Dezembro 2017 - [aqui](#)

Boletim n.º 300, de Abril de 2018 - [aqui](#)

Relatório de Actividades do Conselho Nacional de
Supervisores Financeiros - [aqui](#)

Relatório de Supervisão Comportamental -
[aqui](#)

Relatório de Estabilidade Financeira - [aqui](#)

Boletim Oficial n.º 5/2018 - [aqui](#)

A AEM, com a colaboração da SLBA - Sociedade de Advogados, publica mensalmente o **REGULATORY UPDATE**, imediatamente disponível para as empresas suas associadas.

O **REGULATORY UPDATE** é publicado com o objectivo de facilitar o mapeamento e acompanhamento da actividade legislativa e regulatória com maior impacto para as empresas cotadas.

O **REGULATORY UPDATE** contém informação sobre as iniciativas portuguesas e europeias consideradas mais relevantes, incluindo as ligações para os documentos em causa, e abrange as publicações do mês imediatamente anterior ao da respectiva circulação.



**CONSULTE
AQUI
TODOS OS
REGULATORY UPDATE
PUBLICADOS PELA AEM**



ECONOMIA PORTUGUESA DOCUMENTOS EM DESTAQUE



[FMI - Portugal Staff Report : Sixth
Post-Program Monitoring
Discussions](#)



[FMI - 2017 Staff Report; and
Statement by the Executive Director
for Portugal](#)



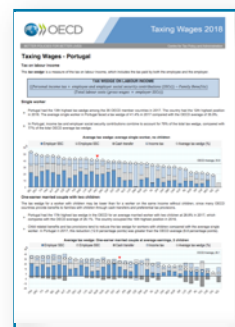
[Comissão Europeia - Post-
Programme Surveillance Report -
Portugal, Autumn 2017](#)



[OCDE - Portugal Economic
forecast summary
November 2017](#)



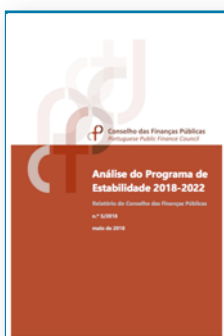
[OCDE - Taxation of Household Savings
- Portugal](#)



[OCDE - Taxing Wages: Key
findings for Portugal](#)



[Finanças Públicas: Situação e
Condicionantes 2018-2022](#)



[Finanças Públicas: Análise ao
Programa de Estabilidade
2018-2022](#)



[Projeções para a Economia
Portuguesa: 2018-2020](#)



ENCONTROS AEM

CORPORATE GOVERNANCE E INVESTIDORES INSTITUCIONAIS



No conjunto das sessões realizadas dos Encontros AEM, merece destaque o evento dedicado à análise, reflexão e discussão sobre o Corporate Governance enquanto mecanismo de geração de confiança e atracção dos investidores institucionais, e que abordou igualmente os impactos da MIFID II no papel dos Investor Relations.

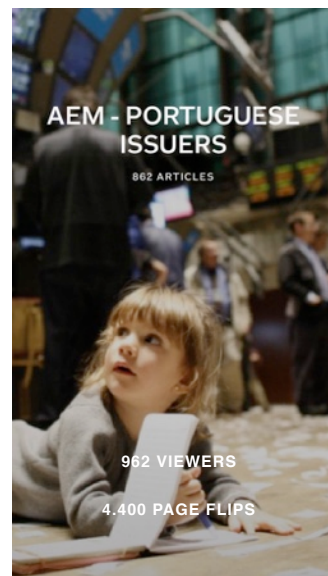
Organizada em conjunto pela AEM e pela Morrow Sodali, a sessão contou igualmente com a participação do Dr. Paulo Freire de Oliveira, Chief Executive Officer do BPI Gestão de Activos.

CONGRESSO DIREITO DOS VALORES MOBILIÁRIOS E MERCADOS FINANCEIROS

Realizou-se, nos dias 12 e 13 de Abril, o II Congresso de Valores Mobiliários e Mercados Financeiros, promovido pelas Edições Almedina e com a coordenação científica de Paulo Câmara.

O Congresso analisou e debateu os principais desafios hoje enfrentados pelos mercados financeiros e as recentes mudanças nestes reflectidas.

O Director Executivo da AEM foi orador na sessão do Congresso dedicada à “Governança de Sociedades Cotadas”, tendo reflectido sobre o “Estatuto dos Administradores Não Executivos de Sociedades Cotadas”, conforme a intervenção que pode ser consultada [aqui](#).



SIGA A AEM NO [FLIPBOARD](#)



EURONEXT LISBON AWARDS PREMIADOS EM 2018

Listed company - Best Performance

Sonae Indústria

Market member - Most Active Trading House in Shares

Morgan Stanley

Market member - Most Active Trading House in Bonds

Florint

Market member - Most Active Trading House in ETF

Commerzbank

Market member - Most Active Trading House in Warrants & Certificates

Millennium BCP

Market member - Most Active Trading House in Derivatives Market

Banco Santander

Nº1 Corporate Bond House

Banco Português de Investimento

Most Active Law Firm in Bonds

Vieira de Almeida & Associados

Most Active Research House

Banco Português de Investimento

Investment Fund / Open Pension Fund in Portuguese Stocks

Novo Banco Ações Portugal – gerido pela GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário

Best Capital Market Promotion Initiative

MTrader Millennium BCP – nova plataforma de negociação em Bolsa

Financial Innovation

Banco Best – pela promoção do fundo ACATIS AI Global Equity Fund

Best Media Article on Capital Markets

“Quem é o Hedge Fund a apostar na queda da Bolsa?” – Patrícia Abreu, Jornal de Negócios



COOPERAÇÃO FDL / AEM

III CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO AVANÇADA EM DIREITO DAS SOCIEDADES - *CORPORATE FINANCE & CORPORATE GOVERNANCE*

No contexto do acordo de cooperação estabelecido entre a FDL – Faculdade de Direito de Lisboa, através do seu Centro de Investigação de Direito Privado, e a AEM, decorre o III Curso de Pós-Graduação Avançada em Direito das Sociedades.

Este Curso de Pós-Graduação Avançada em Direito das Sociedades é dirigido aos profissionais que necessitam de um nível avançado de conhecimentos das relações societárias internas e externas e, como o seu nome indica, combina competências jurídicas e financeiras, e junta e articula as duas grandes vertentes do direito das sociedades – *corporate finance* e *corporate governance*.



O Curso de Pós-Graduação Avançada em Direito das Sociedades integra dois Cursos de Pós-Graduação, autónomos e que podem ser frequentados em separado:

- o IV Curso de Pós-Graduação em Corporate Finance decorreu entre Outubro de 2017 e Fevereiro de 2018 (consulte [aqui](#) o programa completo do Curso);
- o III Curso de Pós-Graduação em Corporate Governance decorre entre Fevereiro e Junho de 2018 (consulte [aqui](#) o programa completo do Curso).

Nos termos da parceria existente entre a Faculdade de Direito de Lisboa e a AEM, a qual tem em vista a cooperação e o desenvolvimento de iniciativas comuns, em especial na área da educação e formação jurídica para a comunidade do mercado de capitais, os interessados que no acto da inscrição se identificarem como colaboradores de empresa associada da AEM beneficiam de um desconto de 20% sobre o respectivo valor.

Todas as informações sobre o Curso podem ser obtidas, e realizadas as inscrições, através do telefone: 915 575 169 (todos os dias úteis, das 14h00 às 18h00), ou do endereço de e-mail: cidp@fd.ulisboa.pt

APP AEM

MERCADO DE CAPITAIS PORTUGUÊS



**TODA A INFORMAÇÃO PUBLICADA PELAS EMPRESAS ASSOCIADAS DA AEM
NA SUA MÃO**



AEMUPDATE

Spring2018

Largo do Carmo, n.º 4, 1.º Dto.
1200-092 Lisboa
Tel.: + 351 21 820 49 70
geral@aem-portugal.com
www.emitentes.pt

© AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado
Maio de 2018

Na elaboração da presente newsletter não foi adoptado o novo Acordo Ortográfico.